

AS MISERICÓRDIAS E O ESPAÇO URBANO DOS AÇORES NA ÉPOCA MODERNA

ISABEL SOARES DE ALBERGARIA*

«A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, apenas com um ligeiro exagero, como os pilares gémeos da sociedade colonial desde o Maranhão até Macau.»

Charles Boxer, *O Império Marítimo Português*, Lisboa, 1992

No início do século XVII as Misericórdias encontram-se espalhadas por todo o vasto império português. Do Brasil a Macau, passando pelas ilhas dos arquipélagos atlânticos; de Luanda ao Congo, onde os missionários tentavam evangelizar a população desde o reinado de D. Manuel, de Moçambique, ao longínquo Oriente, junto da escassa comunidade cristã do Japão, entre a população portuguesa de Goa, ou até em Manila, multiplicavam-se as Santa Casas da Misericórdia¹. Não se trata de uma estrutura hierarquizada e centralizada no sentido convencional visto que nenhuma delas dependia formalmente de uma instituição central, conservando

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

1 Maria Leonor Garcia da Cruz refere a fundação de Irmandades da Misericórdia que seguiram o modelo e compromisso da Santa Casa de Lisboa em lugares tão recônditos como Nagasaki, no Japão (1614), Manila, nas Filipinas (1604) e até a improvável existência de uma Santa Casa no reino de Marrocos, referida na *Crónica de Almagor* do Sultão de Marrocos (1578-1603), além da instituições presentes nas Ilhas Atlânticas, África Ocidental e Oriental e no Brasil. Cf. Maria Leonor Cruz, «Misericórdias Portuguesas no Espaço Lusófono», in *Dicionário Temático da Lusofonia*, Fernando Cristóvão (Dir. e Coord), Lisboa: Texto Editores, 2005, p.707-710.

a sua autonomia de funcionamento. Não obstante, o rei exercia o seu controlo de forma um tanto irregular, por intermédio do provedor e do corregedor, quase sempre quando era solicitado diretamente a intervir. No cômputo geral, os autores são hoje unânimes em considerar as confrarias da Misericórdia nos dois séculos que se seguiram à sua fundação como instituições locais vivas e dinâmicas, espelho do poder das elites locais².

Tomando em linha de conta a importância assumida pela instituição assistencial da Misericórdia no dealbar da Época Moderna, onde os Açores se incluem como território distante e periférico e, simultaneamente, central, enquanto ponto nodal de ligações intercontinentais, procuráramos confrontar a centralidade simbólica institucional das Misericórdias derivada dos aspetos funcionais e de representação social que eram chamadas a desempenhar, com a configuração e posição espacial ocupada no contexto das recentes formações urbanas açorianas. O presente estudo, situado no âmbito da história da arquitetura e da história urbana, pretende recuperar a imagem projectada no tecido urbano e social do que se conhece terem sido as diversas Santas Casas da Misericórdia açorianas, edificadas desde o dealbar do século XVI e até ao final de setecentos, tentando detetar as suas particularidades inter-regionais, por contraponto dialético com algumas das instituições congêneres existentes nos territórios continental e ultramarinos do império português.

A abordagem procurará analisar os aspectos morfológicos, modelos e tipologias seguidos pelos organismos locais nas séries cronológicas conhecidas, de *per se* e na relação estabelecida com o tecido urbano consolidado. Nalguns casos a prospeção não poderá ir muito longe dado o desaparecimento total ou parcial dos vestígios materiais, ou a carência da documentação que inviabiliza o esclarecimento das inúmeras zonas de sombra relativas à edificação e configuração dos edifícios primitivos. Tomemos como exemplo a Santa Casa da Misericórdia de Velas, e facilmente se perceberá o destino de tantas edificações desta instituição assistencial, sucessivamente ampliadas e reformuladas, desalojadas das suas instalações originais, ou simplesmente suprimidas na voragem da renovação urbana³. Por outro lado, contamos com o apoio de um vasto investimento historiográfico realizado nas últimas duas décadas em torno das Misericórdias portuguesas e ul-

2 Charles Boxer expressa a ideia citando o provérbio alentejano que diz: «quem não está na Camara está na Misericórdia». Cf. *O Império Colonial Português, 1514-1825*, Lisboa; Edições 70 [1969], p.275

3 Para a história da Santa Casa da Misericórdia das Velas e as suas atribuições veja-se por todos, Frederico MACIEL, *Misericórdia das Velas. Provedores, factos e documentos*. Velas: Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas, 2007.

tramarinas⁴, socorrendo-nos também de estudos sobre áreas temáticas afins e da reinterpretção, sempre que possível, da documentação disponível. Idealmente a investigação em curso coloca-se no plano de uma pluridisciplinaridade que permitirá o cruzamento com estudos de arqueologia urbana, reabilitação e revitalização do tecido urbano ou até, porque não, reconstituição virtual dos componentes urbanos que foram apagados do mundo visível mas que não perderam, por isso, o seu lugar central na história das realizações humanas⁵.

4 O estudo sobre o modelo assistencial das Misericórdias portuguesas e ultramarinas conheceu um significativo recrudescimento com a aproximação das celebrações do V Centenário da sua fundação, não tendo perdido o ímpeto académico desde então, como é amplamente documentado pelo gigantesco projeto do *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* em 10 volumes publicados pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, de 2002-2012. Veja-se a título de exemplo os diversos trabalhos publicados por Isabel dos Guimarães e Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal (1498-1525)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; «As misericórdias do Estado da Índia (séculos XVI-XVIII)», in Rosa Maria PEREZ, coord., *Os Portugueses e o Oriente: história, itinerários, representações*. Lisboa: Dom Quixote, 2006, pp.87-112; *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), Laurinda ABREU, («Câmaras e Misericórdias. Relações políticas e institucionais». In *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, ed. Mafalda Soares da Cunha e Teresa Fonseca, pp.127-138; «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime». In *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*, ed. Jorge Fonseca, coord., 2008, pp.25 – 43; «The Portuguese Hospitals under the Misericórdias' Confraternities (16th-18th Centuries): Community or Crown Control?». In *Hospitals and Communities, 1100-1960*, ed. Bonfield, Christopher / Reinartz, Jonathan / Huguet-Termes, Teresa (eds), 2013, pp. 209–235), Ivo Carneiro de SOUSA, (*V Centenários das Misericórdias Portuguesas. 1498-1998*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1998); Fernando Correia da SILVA, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; José Pedro PAIVA, coordenador científico dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, entre outros. No que concerne ao estudo do riquíssimo património edificado e móvel destas instituições conhecem-se diversas monografias e poucos estudos de conjunto, dos quais nenhum que abranja os Açores. Destaque para a inventariação do património arquitetónico-artístico das Misericórdias que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), actual IRU– Instituto de Reabilitação Urbana, desenvolveu, através do SIPA – Sistema Integrado do Património Arquitectónico – ao abrigo de um protocolo estabelecido com a União das Misericórdias Portuguesas. Do historiador de arte Rafael MOREIRA conhece-se um primeiro estudo de síntese sobre a temática: «As Misericórdias: um património artístico da humanidade». In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000, pp.135-164 e mais recentemente uma investigação académica de Joana Balsa Carvalho de PINHO; *As casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitectura quincentista portuguesa*. Tese doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

5 Sempre que exista documentação escrita ou iconográfica que permita a reconstituição hipotética dos edifícios, o exercício pode e deve ser feito. Sobre a desaparecida igreja da Misericórdia de Ponta Delgada veja-se Isabel Soares de ALBERGARIA, «A igreja da Misericórdia de Ponta Delgada: Considerações em torno de um monumento perdido», *Arquipélago-História*, 2009, pp. 21-48.

1. Fundações

A questão da cronologia das fundações das Misericórdias no território insular, como de resto no próprio território continental, está longe de estar completamente esclarecida. O problema não decorre apenas da carência documental, sempre premente para épocas tão recuadas, como ainda da dificuldade em distinguir completamente a fundação das novas instituições das antigas confrarias e irmandades medievais, muitas vezes estruturadas em torno dos municípios e frequentemente consagradas à proteção do Espírito Santo⁶.

A ideia de que as confrarias e hospitais dedicados ao Espírito Santo, de ampla difusão geográfica no território português e ultramarino desde os finais da Idade Média, teriam sido verdadeiros precursores das Misericórdias foi defendida no clássico estudo de Victor Ribeiro dedicado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1902)⁷. Victor Ribeiro apontava ainda essa preexistência como justificadora do facto de as misericórdias portuguesas não terem imitado diretamente a mais proeminente de todas as instituições assistenciais europeias, o hospital de *Santa Maria Novella* de Florença.

Esta posição que tem sido repetida desde então *ad nauseam* foi vivamente contrariada por Ivo de Sousa, alegando este autor que a instituição florentina não constituía sequer uma confraria, pelo que nunca estaria na origem das Misericórdias, tendo sido, isso sim, fonte inspiradora para que D. João II concebesse o hospital maior de Todos os Santos, em Lisboa⁸. Além disso, alega ainda o mesmo autor, as instituições medievais reunidas sob a invocação do Espírito Santo estão longe de corresponder a um modelo uniforme, incluindo albergarias, gafarias, por vezes mesmo pequenos hospícios, casas de abrigo para pobres e romeiros⁹. Realidade compósita que não se confunde com a matriz pietista das misericórdias portuguesas.

A quem coube então a responsabilidade pela criação das misericórdias e o que as torna tão especiais no contexto das diversas instituições assistenciais conhecidas por toda a Europa e também em Portugal? Reza a história que a iniciativa coube à rainha D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel, a qual inspirada pelo seu confessor Frei Miguel de Contreiras terá fundado a confraria, em 1498, numa ca-

6 A origem do culto do Espírito Santo e a criação de hospitais sob a sua invocação devem ser procurados além das fronteiras do reino, tendo tido em Guy de Montpellier o seu fundador com o hospital do *Santo Spirito di Saxia*, em Roma, autorizado pelo papa Inocêncio II. Cf. Isabel dos Guimarães de Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.26.

7 Victor RIBEIRO, *Comemoração do IV Centenário da Instituição da Misericórdia. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua historia)*, Lisboa, 1902.

8 Cf. Ivo Carneiro de SOUSA, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas. 1489-1998*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1998.

9 *Idem*, p.52.

pela do claustro da Sé, em Lisboa. As narrativas fundacionais aproveitam para enaltecer a figura da rainha viúva, então regente do reino dada a ausência de D. Manuel em Castela, ao mesmo tempo que estabelecem subliminarmente um paralelo entre a rainha D. Leonor, *Mater Dolorosa* pela perda do seu único filho, rainha piedosa e Mãe de Misericórdia, com a própria Virgem Santíssima, Rainha de Misericórdia.

As fontes coevas só parcialmente confirmam a veracidade dos factos e figuras identificados. Os textos e crónicas produzidos no século XVI, como é o caso da *Miscelânea* de Garcia de Resende, amplamente dedicado às obras leonorinas, nem sempre mencionam com clareza as datas e os episódios que envolvem a fundação da Misericórdia, embora não coloquem em dúvida o envolvimento pessoal da rainha nessa fundação¹⁰. Damião de Góis na sua *Crónica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* (1566) reafirma o papel da Rainha na instituição do primeiro Compromisso da Misericórdia de Lisboa sem deixar de enfatizar o apoio oficial concedido pelo rei na atribuição de esmolas à nova instituição. Em nenhum deles, porém, surge referida a figura de Frei Miguel de Contreiras que tudo aponta pertencer ao campo do mito.

Com efeito, a existência de Frei Miguel de Contreiras só aparece mencionada nos textos posteriores aos acontecimentos relatados e de forma sempre bastante confusa e imprecisa. A menção ao frade da Ordem da Santíssima Trindade surge pela primeira vez numa crónica manuscrita de 1574-75 onde se sustenta que as antigas bandeiras da Misericórdia de Lisboa incluíam na sua iconografia a representação do frade trino. O depoimento decorre de uma tradição oral recolhida por Frei Bernardo da Madre Deus, cuja prova material é inexistente. Apesar disso, o Provincial da ordem da Trindade apresenta um requerimento à Misericórdia de Lisboa para que passasse a exibir a figura de Frei Miguel de Contreiras nas bandeiras e estandartes da irmandade. A estratégia de dignificação da ordem resultou, pois em 1576 a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa delibera que as bandeiras da irmandade incluíssem na sua representação iconográfica um rei e uma rainha, em memória de D. Leonor e D. Manuel «primeiros Irmãos desta Irmandade» e um «religioso da SS Trindade, grave velho e macilento, de joelhos e mãos levantadas com estas letras – FMI – que querem dizer Frei Miguel Instituidor»¹¹. Por fim, desaparecido o provincial da Ordem, o rei Filipe III ordena a 26 de Abril de 1627 que todas as misericórdias do reino pintassem as suas bandeiras segundo o modelo da confraria-mãe de Lisboa.

10 Para uma análise detalhada dos textos e referências ao papel desempenhado por D. Leonor e D. Manuel I na instituição e oficialização das Misericórdias, veja-se Ivo de SOUSA, *ob.cit.*, pp.17-35.

11 *Idem*, p.40.

Os autores contemporâneos que se debruçaram sobre as origens das misericórdias em Portugal, entre os quais se destacam Ivo de Sousa, Isabel dos Guimarães de Sá e Laurinda Abreu têm revisto toda a questão à luz da documentação histórica, procurando antes salientar os aspetos da orgânica peculiar da nova instituição face a outras organizações assistenciais portuguesas e europeias, integrando-a nas formas de expressão da espiritualidade moderna e da sociabilidade religiosa de matriz católica. Sobre Frei Miguel de Contreiras Ivo de Sousa é peremptório: «Em rigor, documentalmente Frei Miguel não existe, da mesma forma que a sua presença não sobreveio em qualquer memória impressa ou manuscrita anterior a 1574-1575»¹².

Se podemos descartar a figura de Frei Miguel de Contreiras, também o favor dispensado pela rainha viúva à Misericórdia de Lisboa está longe de poder explicar o extraordinário sucesso da instituição e a sua difusão à escala do império português¹³. Para além dos mitos fundacionais é necessário atender ao contexto espiritual da época relacionado com a progressiva afirmação das práticas religiosas dos leigos, cujas tendências preanunciam as reformas religiosas. No programa espiritual das obras de Misericórdias condensam-se as virtudes consideradas indispensáveis à superação das penúrias corporais e espirituais (sete de cada ordem), de uma forma que podia ser facilmente compreendida pelo crente comum. Por outro lado, abarcando o lado político da instituição, não podemos esquecer o quanto D. Manuel favoreceu as novas misericórdias com a atribuição de benesses e isenções aos irmãos que pertenciam à Mesa das respetivas confrarias, com o objetivo de ajudar a definir as elites locais.

A criação do Compromisso das Misericórdias portuguesas, a publicação de leis, cartas ou até de emissários encarregues de incentivar a criação de novas confrarias, conduziram à multiplicação das novas misericórdias por toda a metrópole e demais territórios ultramarinos. Não se fazia distinção relativamente aos novos espaços ocupados pelos portugueses no seu movimento expansionista, não sendo raro que as ilhas atlânticas, as praças africanas, ou o longínquo oriente tivessem tido as suas Misericórdias antes mesmo de muitas cidades do reino. À data da morte de D. Manuel tinham sido fundadas 61 Misericórdias.

A cronologia das fundações nas ilhas

Tem sido repetidamente afirmado que as Misericórdias modernas se distinguem claramente das antigas irmandades medievais. Não apenas os velhos hospitais só pontualmente foram incorporados nas misericórdias, segundo afirma Isabel

12 Idem, p.47.

13 Cf. Isabel dos Guimarães de Sá, *ob.cit.*, p.22.

dos Guimarães Sá¹⁴, como acresce que a própria rainha D. Leonor terá continuado a favorecer e até a criar novas confrarias do Espírito Santo, mesmo depois da instituição da misericórdia de Lisboa, o que leva a crer que não tenha havido uma integração sistemática das duas instituições, ou uma sucessão linear entre as Misericórdias e as irmandades do Espírito Santo pela mera supressão destas últimas.

A verdade, porém, é que percorrendo a cronologia fundacional das misericórdias no Arquipélago açoriano, essa relação consanguínea ganha contornos mais nítidos. Com efeito, apesar da força que o culto do Espírito Santo adquire nos Açores, e que se mantém bem vivo até hoje, todas as confrarias do Espírito Santo que nos séculos XV e XVI dirigiam hospitais ou casas de recolhimento para pobres foram integradas nas misericórdias logo após a fundação daquelas, incorporando os rendimentos da anterior irmandade e os respetivos edifícios, os quais se limitaram a sofrer reformas, ampliações e adaptações à sua nova condição. Tal situação pode ser reportada nos casos de Angra, Praia da Vitória, Velas, Santa Cruz da Graciosa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Vila do Porto, conservando-se em muitas delas a habitual invocação do templo ao Espírito Santo, como sucede com o caso de Angra, de Vila Franca do Campo, da Ribeira Grande e de Ponta Delgada (esta última desaparecida).

A integração dos bens e legados da confraria do Espírito Santo nas novas misericórdias fez-se geralmente de forma tranquila, embora nem sempre assim tenha acontecido. A título ilustrativo podem apontar-se duas situações em que o comportamento dos confrades foi diametralmente oposto: em Vila Franca do Campo, onde se supõe que por vontade dos corpos sociais da Irmandade do Espírito Santo os bens dessa confraria tenham transitado de imediato para a nova agremiação. A transferência efetuada, porventura no momento do próprio ato fundacional, ocorrido por volta de 1551, não suscitou nenhum tipo de contestação¹⁵; diferente reação tiveram os confrades da Irmandade da vila da Praia quando foram confrontados com a ordem régia, datada de 11 de Julho de 1521, pela qual D. Manuel ordenava ao capitão e demais juízes que entregassem o hospital ao Provedor da recém-criada Misericórdia¹⁶. Ao que parece a Câmara da vila resistiu ao cumprimento da ordem pois em 21 de Junho de 1524 novo diploma real, desta vez emitido pela

14 Idem, p.32

15 Cf. João Luís MEDEIROS, «O morgadio dos pobres: as doações, os beneméritos e a gestão dos recursos patrimoniais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (das origens a meados de setecentos)», in *Arquipélago-História*, vol. 7 (2003), p. 13-14.

16 Pela carta régia de 11 de Julho de 1521 D. Manuel impunha a entrega dos bens da confraria do Espírito Santo na Misericórdia: «Nós, El Rei fazemos saber ao capitão, juízes, etc. que nos fomos informados que nessa vila queria ordenar-se nela fazer a confraria da Misericórdia... vos mandamos que lhes entregueis o dito hospital ao provedor e oficiais dela...» Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, tomo I, p.524-525.

chancelaria de D. João III, mandava que se procedesse de acordo com o estipulado no Compromisso escrito da Misericórdia¹⁷.

O caso de Angra, várias vezes tomada como a mais antiga misericórdia dos Açores, é a diversos títulos interessante, em boa parte devido à confusão de datas que se gera em torno das diversas fundações e confirmações reais.

No ano de 1492 foi fundada na vila de Angra a Irmandade do Espírito Santo com a promessa da edificação de um hospital e pequena capela da mesma invocação. O precioso *Compromisso* que ainda se conserva, datado de 15 de Março desse mesmo ano – em que se revela terem estado presentes na primeira sessão o capitão João Vaz Corte Real, o cavaleiro João Borges e João Lamego, mordomo da dita confraria – foi confirmado mais tarde por D. Manuel por carta régia de 11 de Agosto de 1508¹⁸. Ao contrário do que alguns fazem supor, esta data não se refere ainda à fundação da Misericórdia de Angra mas antes confirma que à data o hospital do Espírito Santo se encontrava em pleno funcionamento, embora com obras a decorrer. Nada nos diz acerca da igreja cujo início de construção é desconhecido. Apenas se sabe que em 12 de Abril de 1556 se procede ao auto de ajuntamento das casas do hospital e Misericórdia, pelo juiz da casa do Hospital, Álvaro Metella e pelo mordomo da capela, Henrique da Costa, passando o hospital para a administração permanente da Misericórdia¹⁹. Presume-se que na sequência desta fusão tardia, tenha sido então edificada a igreja de três naves e três portais de que nos fala Gaspar Frutuoso²⁰ e que precedeu o actual templo, orientado no sentido perpendicular ao primitivo. Mas também é possível que o templo já existisse à data da entrega do hospital à nova irmandade. Um pouco em contra-ciclo, considerando que o apoio régio às misericórdias tinha já esfriado um pouco, D. Sebastião beneficia a Misericórdia de Angra em 1566, isentando o Provedor e irmãos da confraria de prestar contas ao Provedor das Ilhas sobre as esmolas e rendimentos da confraria e do hospital anexo²¹.

Na ilha Terceira as outras duas Misericórdias de fundação quinhentista, a da

17 Uma das vantagens das misericórdias consistia na sua organização burocrática, obrigando ao cumprimento do que constava dos Compromissos escritos. É também esta a dedução de Batista de Lima a propósito do caso da Misericórdia da vila da Praia. Cf. Baptista de LIMA, "A Introdução do Culto do Espírito Santo", BIHIT, pp. 159-160.

18 Datas referidas por Manuel Luis MALDONADO, *Fénix Angrense* Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, vol.I, p.183.

19 Cf. Jacinto MONTEIRO, "As Misericórdias dos Açores", Atas do *II Congresso Regional das Misericórdias dos Açores*, Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1990, pp.80-81.

20 Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, Livro VI, p.13.

21 «Alvará de 10 de Abril de 1566 izentando a Misericórdia d'Angra de prestar contas ao Provedor», in *Archivo dos Açores*, vol. VIII, p.142.

vila de S. Sebastião e a da Vila Nova, são ambas tardias e ao que se sabe nenhuma delas resultou de um prévio hospital do Espírito Santo. A primeira desapareceu sem deixar rasto, além da notícia de Frutuoso que a atribuía à fundação do fidalgo João da Silva do Canto. A segunda teve vida mais longa, chegando aos nossos dias. As circunstâncias em que ocorreu a sua fundação bem como a data são conhecidas, afirmando Ferreira Drummond que a 2 de Junho do ano de 1571 o corregedor Gaspar Pereira de Lagos foi à Câmara de São Sebastião «(...) e estando presentes os vereadores e muitas pessoas da governança da Ilha, resolveram edificar um hospital (...)»²². Que este hospital esteve desde a origem ligado à Misericórdia não restam dúvidas depois de ouvir o que acrescenta Drummond: como «até ora não havia Casa da Santa Misericórdia, sendo tão necessária (...) foi pelos ditos desembargadores proposto (...) haver a dita casa juntamente com hospital de pobres da dita Vila»²³. Registe-se como uma vez mais neste caso a fundação deve-se à iniciativa do corregedor e autoridades municipais.

Presumivelmente a primeira Misericórdia fundada nos Açores terá sido a de Ponta Delgada. Frei Agostinho de Montalvene afirma que um grupo de devotos se organizou para fundar a Misericórdia da cidade, todavia não adianta quando nem exatamente em que circunstâncias tal ato ocorreu. Segundo o mesmo cronista «Afonso Anes, cavaleiro da ordem de S. Lazaro, vindo do Reino casado com Catarina Anes, da Casa dos Infantes (...), deu o sitio para o hospital, fazendo na sua igreja a capela de São João Baptista com seu corocheo»²⁴. Já antes, num outro testamento de Pedro Afonso e sua mulher Beatriz Rodrigues, datado de 6 de Agosto de 1504, os testadores referiam a doação de parte da sua fazenda «sendo caso de nesta vila se fizesse um hospital»²⁵, o que prova da intenção de construí-lo. O certo é que D. Manuel por alvará de 29 de Outubro de 1515 reconhece aos irmãos da Misericórdia de Ponta Delgada os mesmos privilégios que gozavam os de Lisboa²⁶, estando pois nessa data constituída a Irmandade. O favorecimento do monarca à Santa Casa de Ponta Delgada é reforçado com a doação, atribuída no mesmo ano, de uma esmola «de duas arrobas de açúcar cada ano, pagos com os quintos da ilha da Madeira» para provimento dos doentes da Casa²⁷. Montalvene apresenta os rendimentos da Santa Casa em 1623 a «excederem os 133 moios de trigo, além de foros e capitais deixados em legado»²⁸. Não é pois de estranhar que a Santa Casa de Ponta Delgada viesse a

22 Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, tomo I, p.159

23 *Idem*, p.468.

24 Frei Agostinho de MONTALVERNE, *Crónica da Província de S. João Evangelista*, 1960, p.221.

25 Isabel Soares de ALBERGARIA, «A Igreja da Misericórdia de Ponta Delgada. Considerações em torno de um monumento desaparecido», *Arquipélago-Historia*, (2009), p27.

26 *Archivo dos Açores*, vol.IV, p.561.

27 *Archivo dos Açores*, vol. III, p.25.

28 Frei Agostinho de MONTALVERNE, *ob.cit.*, p.222.

ser reconhecida como uma das mais ricas dos Açores, cujo majestoso templo, na opinião de diversos cronistas, não tinha rival entre as demais ilhas dos Açores²⁹.

Gaspar Frutuoso não se refere à Misericórdia da sua terra natal – a Ribeira Grande – porque à data da sua morte não havia ainda sido instituída. Menciona, contudo, a ermida do «Espírito Santo que é um hospital para pobres e doentes», cuja entrada em funcionamento não se conhece ao certo³⁰. Tendo sido a última Misericórdia criada na ilha de S. Miguel durante a Época Moderna, a notícia da sua fundação é uma das melhores documentadas. Diz-nos Montalverne que a 7 de Novembro de 1592 se reuniram as autoridades do concelho e reconheceram a necessidade de fundar naquela vila uma Santa Casa da Misericórdia (...) e fazendo eleição onde seria, assentaram que fosse na igreja do Espírito Santo, onde, de presente, estava o hospital...». Acrescenta o cronista que o referido hospital, gerido pelos 24 mesteres, havia sido automaticamente entregue à administração da nova irmandade no dia 17 de Dezembro daquele ano: «(...) E logo no dia seguinte se fez a primeira reunião, com título já da Misericórdia». No ano seguinte, por alvará régio de 22 de Fevereiro, são concedidos ao Provedor e irmãos da Misericórdia, na forma do costume, os mesmos privilégios e liberdades da Misericórdia de Lisboa³¹.

Nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge existiram em cada uma delas uma Santa Casa da Misericórdia de fundação quinhentista, tendo sido pioneira a da Horta, logo seguida da das Velas, da de Santa Cruz da Graciosa e finalmente a das Lajes do Pico, já no ocaso do século XVI.

Quanto à Horta, Marcelino Lima admite que tenha sido instituída entre 1520 e 1523 e que em 1528 a igreja já se encontrasse aberta ao culto. Opinião coincidente quanto à data da ereção da igreja tem o faialense António Lourenço da Silveira Macedo³² mas talvez que a conclusão da obra deva ser um pouco atrasada porquanto no testamento de Beatriz de Macedo, viúva do 1º capitão das ilhas do Faial e Pico, Josse de Huertere, datado de 24 de Abril de 1527, é destinada uma verba de mil reis para as «obras da Santa Misericórdia e Hospital», o que leva a crer que a construção ainda mal estaria começada³³.

Relativamente à Santa Casa da Misericórdia da vila das Velas, José Cândido

29 *Idem*, p.24

30 Baptista de Lima aventa que o hospital do Espírito Santo da Ribeira Grande terá entrado em funcionamento no primeiro quartel do século XVI, sem contudo apresentar documentos comprovativos de tal facto. Cf. Manuel Baptista de LIMA, «A introdução do Culto do espírito Santo nos Açores. Os impérios do Espírito Santo e a simbólica do império», BHIIT, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 42, 1984, p.133.

31 *Archivo dos Açores*, vol IV, pp.185-186.

32 Cf. António Lourenço da Silveira MACEDO, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, Horta: SREC, 1981 [ed fac simulada de 1871], p.46.

33 Cf. Jacinto MONTEIRO, *ob.cit.*, p.89.

de Avellar afirma que a irmandade foi instituída a 15 de Abril de 1543. À semelhança de tantas outras, também nas Velas a Santa Casa começa por se instalar na anterior Casa do Espírito Santo onde terá ocorrido a primeira reunião e redação do Compromisso, escrito por João Varela e outros 24 irmãos³⁴. Não sabemos se a nova irmandade mandou edificar ou não uma igreja maior do que a já existente, invocada ao Espírito Santo, mas no testamento de João Varela, datado de 13 de Setembro de 1570, era deixada uma verba destinada à edificação de uma capela de Santa Catarina para sua sepultura, o que claramente demonstra que estamos em presença de uma igreja e não de uma simples ermida. De qualquer forma, o templo sofreria amplas modificações, tal como o hospital da Casa, a casa do Consistório e a sacristia, depois de 1682, com o legado deixado por Beatriz de Mello. Os documentos levantados por Frederico Maciel provam que entre 1699 e 1709 as obras decorriam em força e obrigaram mesmo à contração de vários empréstimos para pagamento aos oficiais e ao mestre Francisco Rodrigues, o mesmo que veio do Pico para a construção da matriz das Velas³⁵.

A controvérsia levantada por alguns autores relativamente à existência do primitivo hospital releva do não entendimento de como funcionavam essas casas de assistência e recolhimento para pobres e doentes em épocas recuadas. A velha casa de S Lazaro que em 4 de Janeiro de 1570 já era considerada pela vereação da câmara muito decaída, tendo o efetivo camarário dado ordens para que se refizesse a enfermaria, era certamente a mesma que na visita do Provedor das capelas, efetuada a 9 de Março de 1631, se diz não ser «mais que somente uma casa em que recolhiam alguns pobres, que o Provedor da Santa Casa e irmãos dela, de suas bolsas e algumas esmolas sustentavam [...]»³⁶. As grandes reformas do hospital da Casa ocorrem, sem dúvida, mais tarde, com o legado de D. Beatriz de Melo no qual se diz expressamente que «se faça uma Casa de Hospital à ordem dos ditos Provedores que servirem [...] com seus catres e camas para os pobres doentes e necessitados, com seus departamentos assim para homens como para mulheres»³⁷.

Em conclusão pode afirmar-se que no caso açoriano os hospitais do Espírito Santo não subsistem após a fundação das misericórdias e nalguns casos a sua administração é compulsivamente integrada naquela instituição. Mas por outro lado, nas situações em que funcionavam essas irmandades de origem tardo-medieval, o ato de criação formal das misericórdias é protelado, acabando por se firmar numa fase tardia muito para além do período de euforia difusionista verificado durante

34 José Cândido de AVELLAR, *A Ilha de S. Jorge*, 1902, pp.115-116.

35 Frederico MACIEL, *Misericórdia das Velas. Provedores, factos e documentos*, Vila das Velas: Santa Casa da Misericórdia, 2007, p.69.

36 *Idem*, p.68.

37 *Idem*, p.69.

o reinado de D. Manuel. Nos Açores, entre as treze Misericórdias de fundação quinhentista, apenas três são da época manuelina: Ponta Delgada, Horta e Praia. Certamente o que isto quer dizer é que os velhos hospitais cumpriam bem a sua função não havendo necessidade de fundar misericórdias onde já existiam outras instituições assistenciais. A única exceção a esta regra é o caso da Vila da Praia. Talvez o rei não visse com bons olhos a duplicação de instituições de tipo semelhante. Ou talvez tivesse tido estrategicamente a intenção de fomentar pelo menos uma misericórdia nas três ilhas de maior importância económica e demográfica: S. Miguel, Terceira e Faial. O certo é que os favores e privilégios concedidos às Misericórdias açorianas são uma constante, desde D. Manuel até, inclusivamente, aos reinados filipinos. Haja em vista o que afirma o alvará régio de 14 de Novembro de 1592 a favor da Misericórdia das Lajes do Pico: «(...) *ey por bem por mo assi enviarem pedir por sua petição o provedor e irmãos que ora são da dita confraria que elles e os que adiante nella forem gozem e usem de todos os privilégios e liberdades de que gozam e uzam por minhas provisões e dos Reis meus antecessores o provedor e irmãos da confraria da misericórdia da cidade d'Angra da ilha Terceira e ilha do Faial*»³⁸.

Repare-se na hierarquia que desta vez não se estabelece diretamente com a Misericórdia de Lisboa, como era habitual, e sim com a de Angra, assumida aqui como modelo de uma centralidade informal no interior do arquipélago.

2. Modelos e tipologias

Se considerarmos os conjuntos edificados que se agregam em torno da igreja, fulcro essencial dessa «religião civil» tão bem expressa pelas confrarias modernas, a diversidade de soluções é patente, impossibilitando a definição de tipologias rígidas. A fluidez formal, planimétrica e volumétrica resulta evidentemente, tanto da própria natureza multifuncional abarcada pela instituição – assistencial e caritativa, administrativa, espiritual, celebrativa, litúrgica e funerária – como do diferente grau de riqueza das diferentes misericórdias e das suas particulares circunstâncias geográficas e históricas de nascimento e crescimento. Expandidas em torno dos antigos núcleos hospitalares e capelas do Espírito Santo, foram-se acumulando legados pios deixados em testamento, construindo e ampliando um vasto conjunto de dependências onde se incluem a Casa do Despacho com a sua sala do Consistório anexa, destinada à reunião dos mesários, um pátio exterior colhido geralmente do ambiente semelhante ao de um claustro, além das enfermarias, das cozinhas, da botica, do cemitério, e de outras dependências.

Como já se foi dando conta, o património edificado das santas casas da Mise-

38 *Arquivo dos Açores*, vol. IV, 1981, p.96.

ricórdia dos Açores, tal como chegou à actualidade, está longe de corresponder ao figurino ostentado nas suas fases iniciais. Em certos casos os edifícios do hospital e até mesmo as igrejas desapareceram por completo quase sem deixar rasto, salvo por uma simples referência na toponímia. É o que acontece com a primitiva Misericórdia das Velas que sabemos ter existido no lugar hoje ocupado pela casa de repouso João Inácio de Sousa, cuja rua era designada no século XVII por Rua da Misericórdia (atual rua Teófilo Braga); ou a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada que existiu no largo norte da Matriz onde hoje se ergue a Casa Bensaúde, precisamente designada por Rua da Misericórdia. Totalmente desaparecidas são ainda a igreja da Misericórdia da Horta e da Vila Nova, na ilha Terceira, onde apenas o topónimo da Rua da Misericórdia recorda a sua existência; a das Lajes do Pico que terá existido junto da praça onde esteve a Câmara Municipal (também desaparecida), no atual Largo General Lacerda Machado; e finalmente a igreja primitiva do Espírito Santo de Angra, substituída por um novo e portentoso edifício setecentista, sobre a qual temos a sorte de possuir a imagem desenhada e gravada pelo holandês Linschoten nos finais da década de 1580. Todas as outras surgem muito alteradas, amputadas na parte civil dos seus conjuntos ou quase totalmente refeitas nas fachadas dos templos e nos seus recheios.

Perante este quadro será legítimo aventar sequer a hipótese da existência de modelos e tipologias comuns à arquitetura das misericórdias açorianas, apresentando propostas de síntese?

O exercício tem sido tentado, com resultados encorajadores, por alguns estudos de âmbito nacional, onde infelizmente as agremiações açorianas não têm sido consideradas. Rafael Moreira no texto para o Catálogo da Exposição *500 Anos das Misericórdias portuguesas* lança um primeiro olhar de conjunto sobre as igrejas das misericórdias divisando-lhes um modo próprio de construir que seria fixado numa «igreja-tipo da misericórdia» ensaiada a partir de uma fase experimental, situada entre 1520-1560, para se definir no período seguinte, entre 1560 e 1600, tornando-se «clássica» durante o século XVII, e decadente, bem como aberta a novas modalidades barrocas, depois de setecentos³⁹. Os «traços de estilo das igrejas da irmandade» que o autor considera das criações mais originais da arquitetura portuguesa de quinhentos⁴⁰ conformam-se no uso da nave única formando volumetricamente uma «caixa lisa», apenas com contrafortes e cimalha dórica a coar o edifício, cobertura original em esteira de três panos, cruzeiro elevado, sem

39 Rafael MOREIRA, «As Misericórdias: um património artístico da humanidade». In *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000, pp. 135-164.

40 Rafael MOREIRA, «Arquitectura: Renascimento e Classicismo». In *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1995, p. 339.

capela-mor, retábulo tripartido (com arco ao centro e nichos laterais) ocupando toda a parede, púlpito central, e tribuna dos mesários substituída por cadeiral⁴¹.

Outros autores divisaram aspetos de âmbito regional que permitem individualizar as igrejas da irmandade da Misericórdia no conjunto das demais, demonstrando assim a tendência para o desenvolvimento de uma arquitetura de programa que se acerta com a especificidade social e cultural dessa instituição assistencial.

António Nogueira Gonçalves, no âmbito do *Inventário Artístico* publicado em 1953, analisou diversas igrejas da misericórdia da região do Baixo Mondego tendo concluído que algumas apresentavam um tipo particular, revelado na ostentação de nave única larga, cabeceira com três arcos abertos no topo da nave, providos com retábulos, e uma tribuna alta dando para a Casa do Despacho⁴². Por seu turno, José Eduardo Horta Correia no estudo que desenvolveu sobre a *Arquitetura Religiosa do Algarve* reforça os aspetos tipológicos peculiares das igrejas da misericórdia, como sejam a nave única e a ausência de capela-mor diferenciada⁴³. Mais recentemente, José Ferrão Afonso produziu um outro entendimento regional, desta vez focado nas igrejas quinhentistas da Misericórdia levantadas em diversos pontos da região do Entre Douro e Minho, onde a presença de uma génese renascentista filiada na norma de Alberti pode ser descortinada e explicada pela intervenção precoce, em Portugal, de Francisco de Cremona na igreja de S. João da Foz⁴⁴.

Todo este empenho no reconhecimento das especificidades tipológicas de algumas igrejas das Misericórdias, encetado desde meados do século XX e alvo de levantamentos tipológicos e estudos de caracterização recentes, não atingiu, contudo, os exemplares açorianos, como já foi mencionado⁴⁵. Importa, por isso, passar em revista os casos mais significativos de uma arquitetura religiosa particular na sua incidência de base regional.

Entre as igrejas de fundação quinhentista açorianas uma das mais interes-

41 Rafael MOREIRA, *As Misericórdias...*, p.151.

42 Cf. António Nogueira GONÇALVES, *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1953, pp. XXVII e 151.

43 José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitetura Religiosa do Algarve de 1520-1600*. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987, p. 61.

44 José Ferrão AFONSO, «Regressando a Alberti. As igrejas das Misericórdias do Entre Douro e Minho, de Vila do Conde a Penafiel: arquitectura e paisagem urbana (1534-1622)». In Actas das II Jornadas de Estudo sobre as misericórdias “*As illisericordias Quinhevistas*”, Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp.123-151.

45 Saliente-se como mais relevantes, os estudos realizados sobre tipologias arquitectónicas pelo Instituto de Reabilitação Urbana (através do SIPA) coordenado Paula Noé, e a dissertação de doutoramento de Joana de Carvalho PINHO, *Ob.cit.*, nota 4, supra.

santes e que melhor se conhece, apesar de desaparecida, é a de ponta Delgada. É também aquela que sem sombra de dúvida adota o modelo das *plain box* portuguesas, as igrejas-caixa cujo exemplo pioneiro terá sido executado na paroquial da Foz do Douro, no Porto, assinada pelo arquiteto Francisco de Cremona. A filiação encontrada entre S. João da Foz e as igrejas da Misericórdia de Braga e do Porto já tinha sido notada por Rafael Moreira, depois reequacionada por José Ferrão Afonso em termos territoriais mais amplos. A cronologia é aqui um aspeto importante porquanto permitirá reconstituir os circuitos de expansão da nova forma genética.

Iniciado provavelmente no Porto, em 1528, o modelo da igreja-caixa de planimetria retangular e proporções em duplo quadrado, ostentando sobre a nave uma abóbada de canhão apainelada com caixotões de desenho geométrico, distingue-se claramente da *hallenkirche* tardo-medieval, cuja espacialidade unificada não subentende nenhuma exigência de axialidade e simetria, nem assenta em nenhum tipo de exercício geométrico ou especulativo. Depois dessa primeira experiência, a igreja da Misericórdia de Vila do Conde seria erguida na década de 1530, seguindo-se-lhe outros templos da irmandade da misericórdia ao longo das duas décadas seguintes⁴⁶.

Depois de uma primeira igreja de pequenas dimensões dedicada a S. João Batista, a poderosa irmandade de Ponta Delgada promove a construção de uma «sumptuosa e custosa igreja da advocação do Sprito Santo»⁴⁷, cujo projeto seria entregue ao mestre das obras reais e fortificador da ilha de São Miguel Pedro de Maeda. Não é possível saber até que ponto o mestre cantábrico estaria familiarizado com as novidades da arquitetura renascentista mas pelo pouco que conhecemos da sua obra em Ponta Delgada reiteramos a afirmação já defendida noutra trabalho de que em boa parte, pelo menos, coube a este arquiteto a superação do figurino manuelino que até à década de 1560 vigorava nas ilhas⁴⁸. A grande novidade da igreja da Misericórdia de Ponta Delgada foi precisamente a abóbada de berço que tantas dores de cabeça traria à Mesa da irmandade, sem esquecer as alterações propostas pelo capitão Rui Gonçalves da Câmara, eleito provedor da Santa Casa no biénio de 1577-78, para a capela-mor da mesma igreja⁴⁹, alterações que resultariam na construção de uma abóbada artesoada e esquadrelada, à semelhança da que seria adotada na sua contemporânea Sé de Angra.

46 Cf. José Ferrão Afonso, ob.cit., p. 130-147.

47 Gaspar FRUTUOSO, ob.cit., Livro IV, p.176.

48 Cf. Isabel Soares de ALBERGARIA, ob.cit, p.35.

49 Frutuoso conta como o capitão D. Rui Gonçalves da Câmara «fez crescer os edifícios dela [Misericórdia] e acrescenta que «com o grande juízo que em tudo tem, particularmente no edificar e construir, mandou emendar a capela da Sumptuosa igreja que se vai fazendo, parecendo bem a Pêro de Maeda, mestre das obras de el rei nesta ilha, tudo o que ele disse». *Idem*, p.381.

De construção anterior a esta, a primitiva igreja da Misericórdia de Angra apresentava o programa tradicional das igrejas medievais de fachada orientada a poente, «três naves e três portais» – segundo Gaspar Frutuoso – e cobertura de madeira. A descrição mais precisa e minuciosa do P.e Antonio Cordeiro acrescenta outras informações importantes: «(...) corre com a rua sem se afastar da direitura do casario e [é] por isso muito larga, de três naves, e três como altares mores, e outros vários a roda, e menos funda do que pedia a largura, por lhe correr detras a rua do Santo Espírito»⁵⁰. Não há dúvida portanto quanto às naves mas não deixa de ser interessante a adoção da cabeceira tripartida com arcos à maneira de nichos na parede fundeira em vez da capela-mor tradicional, aspeto que como vimos é comum a muitas igrejas da misericórdia do Continente.

Antonieta Reis Leite admite que a primitiva igreja angrense tivesse tido dois altares-mores, pressupondo aí também a existência de duas naves, o que poderia justificar a existência, no lado direito do corpo da igreja atual, das duas capelas laterais mais profundas do que as restantes⁵¹. A suposição é estranha considerando as afirmações inequívocas dos cronistas citados, mas a questão da dupla nave aventada pela autora como uma possível tipologia que teria particularizado as igrejas da Misericórdia da ilha Terceira⁵² merece um olhar mais atento.

Igrejas de duas naves

A existência de uma tipologia de igrejas da misericórdia de duas naves configura uma situação peculiar, não exclusivamente terceirense nem absolutamente obrigatória em nenhuma das ilhas em que foram edificados templos da confraria durante a Época Moderna. Não obstante, trata-se de uma singularidade açoriana no panorama nacional que terá, porventura, outras réplicas no espaço ultramarino português e que importa conhecer em maior detalhe.

Uma das igrejas açorianas erguidas ainda no decurso da primeira metade do século XVI terá sido, como vimos, a da Praia da Vitória. Na descrição que faz dessa vila, Gaspar Frutuoso não se esquece de mencionar a Misericórdia, referindo-se de forma especial ao facto de possuir «duas igrejas, uma do hospital do Espírito Santo e outra de Nossa Senhora, com uma nave pelo meio de obra nova de macenaria (sic)»⁵³. A manutenção dos dois altares inseridos nas respetivas capelas mantém-se até hoje, pese embora todas as peripécias por que passou o malogrado

50 Pe. António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental*. [s.l.]: Governo dos Açores, s.d. Ed. fac similada 1717.

51 Antonieta Reis LEITE, *ob.cit.*, p.229.

52 *Ibidem*.

53 Gaspar FRUTUOSO, *Ob.cit.* Livro VI, p.8.

templo praiense⁵⁴. Pelo modo como o cronista quinhentista fala da nave recentemente coberta de madeira (possivelmente com a típica *obra de laço* que então continuava em uso), é provável que esta tenha sido acrescentada à primitiva capela do Espírito Santo, tendo daí resultado as duas naves que, mais tarde, seriam assumidas e regularizadas numa fachada de dois portais, como ainda se pode ver na fotografia tirada antes do grande incêndio de 1921 que praticamente a destruiu⁵⁵.

A esta hipótese genética para a formação da invulgar tipologia açoriana, acrescenta-se uma segunda gerada, não já da junção de duas capelas autónomas, como parece ter sido o caso da Misericórdia da Praia, mas da interpretação por assim dizer excessiva da tribuna dos mesários, existente em diversas igrejas da misericórdia continentais em plano elevado sobre a nave central. À consideração desta segunda hipótese leva-nos a análise da igreja do Espírito Santo da cidade da Ribeira Grande, cuja fundação se situa, como atrás ficou dito, no ano de 1592.

Na igreja ribeiragrandense as naves são desiguais, separadas por uma arcada de três arcos plenos e um quarto, rebaixado, sob o coro alto ocupando o primeiro tramo. O altar-mor consagrado ao Espírito Santo situa-se no interior de uma capela axial profunda, havendo na cabeceira da nave lateral, mais estreita, uma segunda capela, também mais estreita e menos profunda do que aquela, onde repousava a imagem do Senhor dos Passos. É muito provável que todo este arranjo interior tenha resultado da campanha de reconstrução da igreja e hospital da Misericórdia – responsável pela belíssima fachada unitária e borrominiana que atualmente distingue o templo da cidade nortenha – ocorrido, segundo Mário Moura, entre 1740 e 1770⁵⁶. Não é ainda de descartar a hipótese do segundo altar erguido em honra do Senhor dos Passos ter estado relacionado com a tomada de decisão por parte da Mesa, à volta de 1790, de dar novo impulso à organização das festas da Casa, patrocinando para isso a constituição de uma Irmandade com essa missão exclusiva, e mostrando-se particularmente atenta à Procissão do Senhor dos Passos, a qual passaria daí em diante a contar com os Santos Passos erguidos em *pedra e cal*, como adiante se exporá mais detalhadamente.

Além das igrejas da Praia e da Ribeira Grande, sabemos que outros dois templos das irmandades açorianas seguiam o mesmo original dispositivo: a das Velas, em S. Jorge e a das Lajes do Pico. Infelizmente, ambos os edifícios desapareceram mas os dados documentais e iconográficos existentes são suficientes para apurar

54 Sobre a história da instituição da Misericórdia da Praia veja-se Valdemar MOTA, *Misericórdia da Praia da Vitória. Memória Histórica (1498-1998)*, Praia da Vitória: Santa Casa da Praia da Vitória, 1998.

55 Cf. Antonieta Reis LEITE, *ob.cit.*, p.229.

56 Mário MOURA, *Nascimento de uma Paroquia na Ribeira Grande. Nossa Senhora da Conceição (século XVIII)*, Ribeira Grande: Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, 2009.

datas de construção, possíveis autorias e, no primeiro caso, um aspeto geral da fachada graças a uma antiga e preciosa fotografia conservada nas atuais instalações da Misericórdia das Velas⁵⁷.

Tomando o exemplo das Velas não restam dúvidas de que a edificação do novo templo ocorreu entre 1699 e 1709 devendo-se o plano da nova igreja ao mestre Francisco Rodrigues, natural do Pico e responsável pela anterior edificação da igreja matriz da mesma vila, em conformidade com as notas de pagamento entregues àquele mestre durante os anos em que decorreram as obras de forma mais intensa⁵⁸. Por seu turno, o que se sabe acerca da Casa da Misericórdia das Lajes é que em 1720 se encontrava em completa degradação, em consequência das violentas erupções vulcânicas ocorridas nesse mesmo ano e no segundo dos dois anos anteriores. Narram as crónicas que em cumprimento de um voto do povo, seria erguido um novo templo de duas naves situado no lado leste da Praça onde também se erguia o edifício da Câmara Municipal (atual Largo General Lacerda Machado)⁵⁹. Terá sido obra do mesmo mestre Francisco Rodrigues?

A hipótese, por enquanto especulativa, ganha plausibilidade se considerarmos a proximidade das datas de construção dos dois imóveis, além das constantes trocas existentes entre as duas ilhas e do facto de o mestre, sendo natural do Pico, ter querido acabar os últimos anos da sua já longa carreira profissional na sua ilha natal. Mais importante do que tudo isto, no entanto, é sabermos que a igreja das Velas possuía igualmente duas naves, assumindo com absoluta naturalidade condição partição do espaço interior através da marcação na fachada de dois tramos desiguais, separados por uma pilastra ligeiramente ressaltada. Tendencialmente quadrada, a fachada comportava dois andares, assente no piso térreo sobre um alto pódio e separada a meio dos dois pisos, de altura idêntica, por uma poderosa cornija, secundada por uma outra menos saliente que corria horizontalmente ao nível do lintel das janelas do primeiro andar e terminava numa terceira cornija junto ao remate superior. A abertura dos quatro vãos, duas portas e duas janelas de recorte retangular, perfeitamente alinhados na vertical, e envolvidos por elementos decorativos como os frontões semi-circulares no pano superior, acima das janelas, e os pináculos projectados na sequência das ombreiras das duas portas, apontam no sentido da manutenção da linguagem clássica, em que os diversos elementos se articulam no interior de um sistema coerente de estrutura arquitetónica – na linha do princípio albertiano da *consinnitas*. Sem atingir grandes assomos de erudição, o exemplo da igreja da Misericórdia das Velas atesta a permanência de um gosto

57 Devo ao Sr. Frederico Maciel a generosa cedência de uma cópia dessa fotografia.

58 Sobre o assunto consulte-se Frederico MACIEL, *ob.cit.*, p.69.

59 Cf. *Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico*. Disponível em www.scmlp.pt/

estético ancorado no classicismo de teor funcional e ajustado às necessidades correntes que caracteriza a arquitectura chã portuguesa.

Constitui, assim, um caso muito significativo este conjunto de igrejas de duas naves que não sabemos ao certo nem como nem quando se terá fixado em definitivo, mas que revelou ter-se adaptado às mudanças de programa e de estilo que o tempo impôs, chegando mesmo a protagonizar um dos momentos altos do barroco ilhéu, como exemplarmente é testemunhado pela fachada da igreja do Espírito Santo da Ribeira Grande.

3. Inserção urbana

A proeminência social da instituição assistencial da Misericórdia leva naturalmente a constatar, sem surpresa, a centralidade que o seu edificado ocupa no espaço urbano. Quer em termos da sua posição/orientação na relação com ruas e praças, quer enquanto edifício de prestígio em si mesmo, a parte edificada reflete a posição estratégica e equidistante que a irmandade da Misericórdia ocupa no seio das outras instituições do poder: a igreja paroquial (a matriz), a Câmara Municipal e a Alfândega. A relação próxima que estabelece com as áreas de crescimento da urbe e com as artérias de maior relevância cívica e comercial já consolidadas, atesta bem dessa centralidade física e simbólica. Por outro lado, ainda, assistimos ao protagonismo da instituição como promotora de festividades públicas, quase sempre de cariz religioso, que definem circuitos urbanos e preparam o espaço como palco de acontecimentos celebrativos e litúrgicos.

Considerando o universo açoriano, a posição ocupada pelas misericórdias está muitas vezes junto da praça principal, em diálogo visual com o edifício camarário (Velas, Lajes, Ribeira Grande), a igreja matriz (Ponta Delgada, Vila Franca, Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa) ou a alfândega (Angra e Praia). A proximidade do porto ou ancoradouro, com vista a acudir aos mareantes e forasteiros que chegam por mar, é outra das funcionalidades óbvias destas instituições assistenciais, sendo o caso da ilha Terceira, sob esse ponto de vista, o mais evidente. Na vila de S. Sebastião, por exemplo, tal intenção é mesmo expressa no ato fundacional da irmandade, em que os vereadores e demais autoridade presentes afirmaram querer edificar um hospital «não só para os pobres da vila e termo, como também para os necessitados que ao porto da mesma Vila chegassem»⁶⁰. Mas é na primeira cidade açoriana que a igreja da Misericórdia, depois da reedificação que teve lugar entre 1714 e 1746 e que produziria uma rotação de 90° em relação à sua anterior posição, orientando-a para sul e conferindo-lhe a monumentalidade que hoje apresenta, assumiria a absoluta primazia no espaço do chamado Pátio da Alfândega

60 Citado por Jacinto MONTEIRO, *ob. cit.*, p.84.

representando para a imagem da cidade a verdadeira função de sublimação simbólica da paisagem urbana.

A situação mais modesta das igrejas da misericórdia de Vila do Porto, alinhada ao comprido com a rua direita; ou da desaparecida igreja de Santa Clara da Misericórdia, na Horta, voltada para a antiga rua dos Mercadores, depois chamada da Misericórdia (actual rua D. Pedro IV) não deixa de ser determinante da relação estabelecida com os eixos privilegiados que fazem a união de pontos chave dentro do espaço urbano, no âmbito de uma hierarquização viária definida ao longo do século XVI⁶¹.

O mesmo tipo de relações privilegiadas, porventura ainda mais acentuadas, estabelece-se sempre que a posição do edifício da misericórdia se encontra de frente para uma praça ou para um eixo viário que se traça na perpendicular. É o que acontece no caso de Ponta Delgada, em que a igreja se situava do lado norte da praça da matriz, de frente para o mar, conferindo a esse foco central da expansão urbana de Ponta Delgada – orientado em direção a norte e já não distendido ao longo da faixa costeira (como na sua primeira fase) – uma qualidade morfológica e simultaneamente um sinal evidente da *renovatio Urbis* que então acontecia. A posição da igreja do Espírito Santo da Ribeira Grande, por seu turno, espelha bem a segunda das duas situações enunciadas. Articulada com a praça, orienta a sua cenográfica fachada para o eixo viário da rua Direita (atual rua D. Carlos I) que funciona como canal visual de enorme efeito amplificador.

Essa posição estratégica face aos circuitos urbanos não está também desligada das funções celebrativas e espirituais que a organização da vida confraternal é chamada a desempenhar, conduzindo as nobrezas locais a um compromisso consuetudinário com as obras de caridade, sendo igualmente compelidas a participar piedosamente nos atos públicos e solenes. Assim, no cerne das actividades das misericórdias encontramos uma adesão ao tema da Paixão que se expressa na realização de manifestações processionais penitenciais, de que a procissão do Senhor dos Passos constitui o epítome. Na Ribeira Grande os irmãos da misericórdia alcançaram licença para a realização do ato por alvará de licença passado pelo bispo de Angra a 3 de Abril de 1628. Entre outras procissões quaresmais organizadas pela misericórdia da vila contam-se a Procissão do Cinzeiro, a Procissão das Endoenças, na Quinta-feira Santa, a procissão da Sexta-feira Santa, e, claro, a do Senhor dos Passos⁶².

Ainda hoje reconhecido como um dos pontos altos das festividades religiosas

61 O aspeto da hierarquização do espaço urbano é referido pelos diversos autores que têm abordado o tema. Veja-se por todos José Manuel FERNANDES, *Cidade e Casas da Macaronésia*, Porto: FAUP, 1996.

62 Cf. Lia Azevedo NUNES, *Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, breve apontamento histórico & guia de arquivo*, Ribeira Grande: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, 2012, p.55.

da cidade, embora tenha deixado de pertencer à alçada da misericórdia desde o século XIX, a procissão contou com os Santos Passos na sua forma definitiva, «petrificada», desde 1790 quando a Mesa tomou a decisão de os erguer tomando por modelo os “*Passos da cidade e da villa da Lagoa...*”⁶³. A inserção urbana de uma das facetas mais ritualizadas da ação das misericórdias tem neste conjunto patrimonial da Ribeira Grande um dos mais bem conservados e coerentes exemplos açorianos.

63 Sobre o tema veja-se a dissertação de mestrado de Duarte Nuno da Silva Vieira CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel, Açores*, apresentada à Universidade dos Açores, 2012.